



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022 a DESO comprovou a sua capacidade econômico-financeira para universalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em Sergipe até 2033, conforme foi estabelecido pelo Novo Marco Legal do Saneamento. Os estudos foram elaborados com base nas diretrizes e premissas estabelecidas no Decreto Federal nº 10.710 de 2021 e atestados por auditoria e certificação independente quanto à adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação às exigências previstas. Os Indicadores Econômico-Financeiros, Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e Plano de Captação de Recursos foram apresentados à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, que concluíram pela comprovação da capacidade econômico-financeira, comprovando a solidez da DESO para cumprir as metas da universalização de abastecimento de água (99%) e de esgotamento sanitário (90%) até 31 de dezembro de 2023.

Em paralelo, avançamos rumo à universalização do saneamento através da execução de obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário por todo o estado, com um investimento de R\$ 156 milhões somente em 2022, com destaque para a conclusão da ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Integrado Piauítinga e da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jabotiana. A ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Integrado contempla cerca de 175 mil

habitantes dos municípios de Lagarto, Salgado, Simão Dias e Riachão do Dantas, com um investimento total de R\$ 83,5 milhões, trazendo segurança hídrica à população desses municípios pelos próximos 30 anos, enquanto o Sistema de Esgotamento Sanitário do Jabotiana contempla mais de 30 mil moradores das localidades Jabotiana, Conjunto J.K., Sol Nascente e Santa Lúcia, com um investimento total de aproximadamente R\$ 80 milhões, contribuindo significativamente para a despoluição dos rios Sergipe e Poxim.

Iniciamos também obras importantes em 2022, como a implantação do tramo da Adutora do Alto Sertão "Torre T2/Simão Dias", que transporta água do Rio São Francisco até a cidade de Simão Dias, com investimento previsto de R\$ 80 milhões, e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Simão Dias, com orçamento inicial de R\$ 40 milhões. Além destas, outras obras estão em fase de execução, com previsão de conclusão em 2023, como a Ampliação do Sistema Adutor Integrado do Alto Sertão, Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Agreste, Construção da Barragem do Guararema e das Estações Elevatórias de Água Bruta do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Itaibaninha, Implantação do Sistema de Esgotamento da Zona Norte de Aracaju e Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto.

Além dos investimentos citados, demos continuidade ao programa de eficiência e geração de energia limpa. Em 2022, a migração de energia elétrica do ambiente de contratação regulada (ACR) para o ambiente de contratação livre (ACL), iniciada em 2021 com a contratação de energia

por meio de contratos de fornecimento entre o consumidor cativo e a concessionária em que se encontra conectado, possibilitou uma economia de R\$ 10 milhões. Também iniciamos, através de um contrato de locação de ativos, sem contrapartida, a construção da maior usina fotovoltaica de Sergipe, com capacidade de geração de 10.000 MWh/ano, que reduzirá em R\$ 1 milhão por ano os custos com energia elétrica, além de contribuir com a redução da emissão de gases que contribuem para o efeito estufa. Também contratamos, através de pagamento por performance, a substituição e modernização das bombas hidráulicas e instalação de turbinas geradoras de energia do Sistema Integrado da Adutora do São Francisco, nossa maior unidade consumidora de energia, com uma previsão de economia de R\$ 4 milhões por ano. Como reconhecimento por estes projetos, recebemos em 2022 o certificado de energia renovável (com redução de 1.741 tCO2 dos gases de efeito estufa) e o troféu Quiron Bronze do Premio Nacional de Qualidade do Saneamento (PNQS), que foram conquistados também nas áreas de compras e almoxarifado e de gestão e controle de perdas de água.

Concluimos esta mensagem agradecendo aos nossos 1.554 funcionários pela dedicação, aos nossos clientes pela confiança, aos nossos fornecedores e prestadores de serviços pela parceria. Seguimos fortes no compromisso de garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, sempre em busca de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população e preservação do meio ambiente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO			
Valores Expressos em R\$(1)			
NOTA	2022	2021	
CIRCULANTE	204.929.154	203.116.845	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.988.760	15.742.810	
Caixa e bancos	590.146	2.433.036	
Aplicações de liquidez imediata	20.398.614	13.309.774	
DIREITOS REALIZÁVEIS	183.940.395	187.374.035	
Contas a receber de Usuários	3.e 180.531.870	183.645.720	
Estoques	3.f 1.371.619	1.723.528	
Outras créditos	2.036.905	2.004.787	
NÃO-CIRCULANTE	2.032.822.552	1.893.524.548	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.167.689	10.324.840	
Depósitos judiciais	7.194.050	6.739.431	
Tributos a recuperar	4.973.639	3.585.409	
IMOBILIZADO	3.g 2.020.654.863	1.883.199.708	
TOTAL DO ATIVO	2.237.751.706	2.096.641.393	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO			
Valores Expressos em R\$(1)			
NOTA	2022	2021	
CIRCULANTE	115.720.102	135.897.732	
Fornecedores	44.907.316	46.144.471	
Impostos, taxas e contribuições diversas	4 11.756.232	9.495.901	
Empréstimos e financiamentos	5 15.027.953	33.319.757	
Parcelamentos	6 5.867.201	5.357.884	
Salários e ordenados a pagar	1.266.679	1.536.491	
Encargos Sociais a pagar	6.176.998	6.222.874	
Provisões s/ remuneração e encargos	16.320.302	20.997.160	
Consignações a recolher	-	-	
Cauções e Retenções contratuais	986.790	2.328.478	
Outras contas a pagar	7 13.410.631	10.494.716	
NÃO-CIRCULANTE	256.805.228	204.960.642	
Empréstimos e financiamentos	5 61.827.354	7.106.197	
Parcelamentos	6 23.550.556	26.906.103	
Provisão Para Contingências	8 29.537.518	29.058.541	
Recursos Vinculados a Convênios	9 141.889.800	141.889.800	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.865.226.376	1.755.783.019	
Capital realizado	11 1.302.000.000	1.302.000.000	
Subscrito	1.302.000.000	1.302.000.000	
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383	
Reservas de Lucros	331.430	331.430	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10 662.078.864	597.538.513	
Prejuízos Acumulados	(119.296.300)	(164.199.306)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.237.751.706	2.096.641.393	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Valores Expressos em R\$(1)				
	NOTA	2022	2021	
Receita Operacional Líquida	13	727.364.668	655.265.207	
Custo dos Serviços	14	(513.951.698)	(451.294.192)	
Lucro Bruto		213.412.970	203.971.015	
Despesas Operacionais	15	(158.876.704)	(145.708.332)	
Comerciais	(69.786.273)	(67.936.860)		
Administrativas	(85.165.380)	(88.725.399)		
Fiscais e tributárias	(5.555.725)	(5.093.347)		
Outras Despesas (receitas operacionais)	1.610.674	16.047.274		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos		54.536.265	58.262.683	
Receitas (Despesas) Financeiras	(4.790.057)	(5.354.816)		
Receitas Financeiras	2.229.867	602.538		
Juros e encargos financeiros	(7.019.924)	(5.937.615)		
Variações Monetárias	-	(19.739)		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições		49.746.208	52.907.867	
Contribuição Social	4	(4.843.203)	(12.569.500)	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		44.903.005	40.338.367	
Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)		0,00299353	0,00268922	
Quantidade de Ações		15.000.000.000	15.000.000.000	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)				
Valores Expressos em R\$(1)				
	2022	2021		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Período	44.903.005	40.338.367		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	60.847.273	37.902.883		
Depreciação e amortização	46.369.835	44.535.179		
Provisão p/perdas na realização de créditos (Ganho) Perda na baixa do ativo imobilizado	7.795.439	(12.400.563)		
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	6.681.999	5.693.903		
Varição monetária sobre financiamentos	-	19.739		
Ajustes de Exercício Anterior	-	-		
Lucro Líquido Ajustado:	105.750.279	78.241.249		
Varição das contas do ativo e passivo circulantes:	(18.120.815)	14.926.780		
Estoque	(4.681.589)	(19.130.599)		
Outros créditos	351.909	(409.961)		
Outras contas ativas de longo prazo	(32.118)	(1.564.022)		
Fornecedores	(1.842.849)	4.697.074		
Retenções contratuais	(1.237.155)	7.659.742		
Contas a pagar	(1.341.688)	(38.700)		
Outros débitos	2.915.915	10.377.432		
Impostos, taxas e contribuições diversas	478.976	11.270.934		
Consignações a recolher	2.260.331	(161.889)		
Provisão p/ Férias e Gratificação	48.357	73.276		
Salários e Encargos a pagar	(4.676.858)	1.018.951		
Recursos Vinculados a Convênios	(364.046)	1.134.613		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	97.629.464	93.168.030		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(183.824.990)	(135.888.094)		
Aquisição / alienação de bens do ativo imobilizado	(183.824.990)	(135.888.094)		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	91.441.475	38.210.946		
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	64.540.352	76.791.256		
Parcelamento de Dívidas Tributárias	-	-		
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	(5.375.672)	(5.058.996)		
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	67.253.188	-		
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	(34.976.392)	(33.521.315)		
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.245.949	(4.509.119)		
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	15.742.810	20.251.929		
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	20.988.760	15.742.810		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores Expressos em R\$(1)						
(PERÍODO DE 01/01/2021 A 31/12/2022)						
CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01.01.21	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(204.537.672)	520.747.256	1.638.653.396
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	76.791.256	76.791.256
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	40.338.367	-	40.338.367
RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2021	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(164.199.306)	597.538.513	1.755.783.019
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	64.540.352	64.540.352
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	44.903.005	-	44.903.005
RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2022	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(119.296.300)	662.078.864	1.865.226.376

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor-Presidente

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Fabiola Julisse Mendes Medeiros
Dir. Comercial Financeiro

Ricardo Pereira Simões dos Reis
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Contador - CRC/SE 7175-O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju/SE, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109 de 25 de Agosto de 1969, com alterações do Decreto-Lei nº 268 de 16 de Janeiro de 1970 e tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe. A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- Realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e de esgotos sanitários;
- Elaborar propostas de reajustes e revisões tarifárias, bem como arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- Estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos sanitários;
- Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou, junto à Assembleia Legislativa, a Lei Complementar nº. 176 de 18 de Dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos

sanitários, criando-se ainda a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE e a Política Estadual de Saneamento (Lei nº 6.977 de 03 de Novembro de 2010).

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 74 municípios em que a DESO opera, 71 (sessenta e um) contratos estão vigentes e 3 (três) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2022, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no Ativo Imobilizado e, não houve, até esta data, modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./22 e 31/Dez./21 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração dos Resultados
O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência. A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a futuro, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) Estimativas Contábeis
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) Contas a Receber de Usuários

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Particulares	369.864.193	376.371.891
Público	100.315.483	92.825.673
Contas a Faturar	46.880.181	43.180.704
(-) Perdas Prováveis c/ Clientes	(336.527.987)	(328.732.548)
Contas a Receber, líquido	180.531.870	183.645.720

No final do exercício, a rubrica de Perdas Prováveis c/ Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 336.527.987 (R\$ 328.732.548 em 2021). A movimentação das Perdas Prováveis c/ clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Saldo no Início do Exercício	(328.732.548)	(341.133.110)
Perdas na realização de créditos	(47.996.172)	(50.059.883)
Recuperação de perdas de créditos	40.200.733	62.460.446
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(7.795.439)	12.400.563
Saldo no Final do Exercício	(336.527.987)	(328.732.548)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 47.996.172 (R\$ 50.059.883 em 2021) e registrado como recuperação de créditos R\$ 40.200.733 (R\$ 62.460.446 em 2021). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito no resultado do exercício foi de R\$ 7.795.439.

A Composição das Perdas / Recuperação líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Residencial	(13.109.028)	(12.345.483)
Comercial	15.634	(1.154.051)
Industrial	(419.292)	(71.852)
Público	5.717.247	25.971.949
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(7.795.439)	12.400.563

As categorias Comercial e Público apresentaram perdas / recuperação líquida positiva em razão da continuidade do trabalho realizado pela Companhia na recuperação dos créditos.

f) Estoques

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Almoxarifado Central	1.371.619	1.723.528
TOTAL	1.371.619	1.723.528

g) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/ dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2022

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.256.050.831	577.373.203	678.677.628
Sistema de Esgoto	485.459.539	111.774.421	373.685.118
Bens de Uso Geral	44.321.705	34.083.969	10.237.736
Subtotal em Operação	1.785.832.075	723.231.593	1.062.600.482
Obras em Andamento	958.054.381	-	958.054.381
TOTAL GERAL	2.743.886.456	723.231.593	2.020.654.863

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2021

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.241.751.572	543.316.207	698.435.365
Sistema de Esgoto	433.852.831	102.266.838	331.585.994
Bens de Uso Geral	42.987.623	31.278.713	11.708.910
Subtotal em Operação	1.718.592.027	676.861.758	1.041.730.269
Obras em Andamento	841.469.439	-	841.469.439
TOTAL GERAL	2.560.061.466	676.861.758	1.883.199.708

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./22. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2022	2021
PIS / PASEP	539.670	525.078
COFINS	2.595.783	2.437.456
IRPJ	-	691.364
CSLL	1.600.021	406.507
Tributos retidos na fonte	7.020.758	5.435.496
TOTAL	11.756.232	9.495.901

No final do exercício 2022, transitou em julgado a Ação Cível Originária – ACO 3410, ajuizada pela Companhia, em que o STF reconheceu o direito a Imunidade Tributária Recíproca quanto aos impostos federais incidentes sobre o patrimônio, renda ou serviços, em especial o Imposto de Renda - IR e o Imposto sobre as Operações Financeiras - IOF.

NOTA 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONET.
BC SOFISA – LIMITE ESPECIAL	803	0	803	-	-	-
BC SOFISA SA CT 4961	8.705.395	0	8.705.395	MAI/2023	5,54	CDI
BC BRASIL CT 400000079	37.935	2.342	40.277	JAN/2024	3,50	-
BC BRASIL CT 400000095	169.066	153.738	322.804	JAN/2025	6,00	-
BC NORDESTE CT 5202116688760	6.114.754	61.671.274	67.786.028	NOV/2039	1,82 / 2,22	IPCA
TOTAIS	15.027.953	61.827.354	76.855.307	-	-	-

Em Novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste em um montante de R\$ 270 milhões. Destes, R\$ 216.000.000,00 corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 54.050.000,00 serão de contrapartida da Companhia. Do valor total financiado, foi liberado neste exercício o montante de 67 milhões para ser aplicado na realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,82% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para Janeiro de 2025.

NOTA 6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP	26.722	11.219	37.941	JUN/2024
SIMPLIFICADO - INSS	413.060	432.864	845.924	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	926.093	1.261.329	2.187.422	JUN/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4743	359.077	639.010	998.087	NOV/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	298.284	1.004.303	1.302.587	JUL/2027
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	478.379	2.373.567	2.851.946	MAR/2029
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.120.545	5.862.121	6.982.666	JUL/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.277.967	7.219.376	8.497.343	NOV/2029
PERT LEI 13.496 - INSS	967.074	4.746.767	5.713.841	JAN/2030
T O T A I S	5.867.201	23.550.556	29.417.757	

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses.

Em 2017, aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018.

Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela SELIC e de juros de 1% ao mês.

NOTA 7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Fundo Municipal de Saneamento	13.322.307	10.372.725
Outras Contas a Pagar	88.324	121.991
TOTAL	13.410.631	10.494.716

Conforme cláusula do contrato de programa firmado com a Prefeitura Municipal de Aracaju, a Companhia assumiu compromisso financeiro de realizar repasses para o Fundo Municipal de Saneamento de Aracaju, criado por Lei, cujos recursos deverão ser aplicados pelo Município em projetos e ações vinculadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Foi constituído provisão para o Fundo Municipal de Saneamento dos valores ainda não repassados pela Companhia.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/22	PROVISÃO 31/12/22	PROVISÃO 31/12/21
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	13.269.445	13.269.445	12.867.137
Possível	16.799.608	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	7.573.574	7.573.574	7.496.906
Possível	22.194.138	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS			
Provável	8.694.499	8.694.499	8.694.498
Possível	-	-	-
TOTAIS	68.531.263	29.537.518	29.058.541

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, cíveis e tributárias.

As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cíveis relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As ações de natureza tributária referem-se a autos de infração relacionados a contribuições sociais questionando diferenças do adicional de risco trabalhista.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2022	2021
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria do Desenv. Urbano e Sustent. – SEDURBS	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	141.889.800

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 64.540.351, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 20.000.000.000 de ações. Em 31/ Dez./22 o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 12.000.000.000 de ações ordinárias e 3.000.000.000 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	11.999.999.537	2.974.890.723	14.974.890.260	1.299.820.475
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	12.000.000.000	3.000.000.000	15.000.000.000	1.302.000.000

Será encaminhado para aprovação da Assembleia Geral, proposta para transferência do resultado do exercício para a conta de Prejuízos Acumulados a fim de recompor o patrimônio líquido. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2022/2021.

NOTA 12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano Assistencial

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91. Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para suplementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias. No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

b) Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2022 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.086.461,42. Na data de 31/dez./22 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 349 associados.

c) Previdência Complementar

Para atendimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia contratou Plano de Previdência Complementar que será administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão.

O plano oferece os Benefícios de: - Aposentadoria, com as seguintes condições: I - contar no mínimo 55 (cinquenta) anos de idade; II - 60 (sessenta) contribuições ao Plano; e III - cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador; - Benefício por Invalidez; - Benefício por Morte de Participante ou de Assistido

O Plano será custeado por meio de contribuições básicas mensais dos participantes que varia de 0,50% a 4,00% do salário de participação e contribuições facultativas adicionais e/ou voluntárias. O patrocinador contribuirá para o Plano com valor equivalente a 100% da contribuição básica do Participante.

d) Indenização por tempo de serviço

Conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará como incentivo ao pedido de rescisão contratual, aos empregados que tenham, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo serviço na empresa, uma indenização por tempo de serviço constituída de parcelas equivalentes a: salário-base e incorpor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI.

ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe CEP:
49.020-380 Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “g”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:

3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

“A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 74 municípios em que a DESO opera, 71 (sessenta e um) contratos estão vigentes e 3 (três) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2022, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no Ativo Imobilizado e, não houve, até esta data,

modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.”

De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2020.”

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da **DESO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 21 de março de 2022, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **DESO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **DESO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **DESO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Aracaju/SE, 21 de março de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”SE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”SE

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 21 de março de 2023, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório de Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se) e Brasília, 24 de março de 2023.

Claudiano Guimarães Santos
Conselheiro

Clóvis Monteiro Ferreira da Silva Neto
Conselheiro

Roosevelt Santos Mendonça Maynard
Conselheiro



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>

